

Maestro Locadora de Veículos S.A.
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2013

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10

Relatório da Administração

O segundo trimestre de 2013 foi marcado pela continuidade da tendência de crescimento e aumento de eficiência operacional com o objetivo de acelerar a redução dos custos fixos e aumentar a rentabilidade da Maestro.

A receita de aluguel de veículos no período atingiu R\$ 7.376 mil, aumento de 10,7% e 20,8% em relação ao trimestre anterior e mesmo período de 2012.

A receita na venda de usados, cujo vetor principal é o cronograma de vencimento de contratos de locação, ficou praticamente estável, alcançando R\$ 7.210 mil.

A receita combinada, locação e venda de usados, atingiu no semestre R\$ 28.384 mil, expressivo aumento de 36,3% em relação ao mesmo período de 2012.

A frota total no fechamento do período tem valor de mercado de R\$ 79.850 mil.

Com o esforço de renovação empreendido desde o final de 2012, a idade média dos veículos no fechamento do segundo trimestre atingiu 11,8 meses, tornado a frota em média 27% mais nova que em junho de 2012 com efeitos positivos para os custos de manutenção nos próximos meses.

Esta frota é 1,4 vezes maior que o endividamento líquido, cujo saldo em Junho de 2013 é de R\$ 56.179 mil.

Frota e dívida têm evoluído *pari passu* de acordo com o crescimento realizado e projetado.

As perspectivas para o segundo semestre são de crescimento moderado visando continuidade na tendência de diluição de custos fixos e tendo como objetivos tanto o aumento da rentabilidade da Maestro como a preservação de indicadores financeiros sustentáveis.

Serão pilares fundamentais para o sucesso desta estratégia o fechamento de contratos comerciais com boa rentabilidade e a captação de recursos de dívida em volumes e custos que permitam a manutenção do posicionamento competitivo da Maestro junto a seus clientes atuais e potenciais.



KPMG Assurance Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas e Diretores da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Maestro Locadoras de Veículos S.A. (“Companhia”), em 30 de junho de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 01 de outubro de 2013

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2013	31/12/2012 (Reclassificado)	Passivo	Nota	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.619	12.391	Fornecedores	14	1.723	6.099
Aplicações financeiras de uso restrito	7	4.724	3.035	Empréstimos e financiamentos	15	36.178	22.528
Contas a receber de clientes	8	4.620	3.215	Consórcios a pagar	16	590	1.953
Veículos em desativação para renovação da frota	9	1.576	1.975	Salários, encargos e contribuições sociais		141	326
Impostos a recuperar		577	871	Obrigações tributárias		-	56
Despesas antecipadas	10	1.792	316	Outras contas a pagar		336	291
Outras contas a receber		230	659				
Total do ativo circulante		<u>24.138</u>	<u>22.462</u>	Total do passivo circulante		<u>38.968</u>	<u>31.253</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	8	1.165	1.720	Empréstimos e financiamentos	15	34.627	35.651
Depósitos judiciais	17	41	5	Consórcios a pagar	16	127	232
Impostos a recuperar		255	-	Provisão para contingências	17	23	23
Impostos diferidos	11	2.308	1.586				
Imobilizado	12	68.630	65.615	Total do passivo não circulante		<u>34.777</u>	<u>35.906</u>
Intangível	13	31	-				
Total do ativo não circulante		<u>72.430</u>	<u>68.926</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	30.535	30.535
				Prejuízos acumulados		(7.712)	(6.306)
Total do ativo		<u>96.568</u>	<u>91.388</u>	Total do patrimônio líquido		<u>22.823</u>	<u>24.229</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>96.568</u>	<u>91.388</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Receita líquida	19	28.384	20.819
Custos de locação e venda de veículos	20	<u>(21.790)</u>	<u>(15.078)</u>
Lucro bruto		<u>6.594</u>	<u>5.741</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	21	(4.967)	(4.336)
Outras receitas operacionais		<u>115</u>	<u>22</u>
		<u>(4.852)</u>	<u>(4.314)</u>
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		<u>1.742</u>	<u>1.427</u>
Despesas financeiras, líquidas			
Despesas financeiras	22	(4.286)	(2.591)
Receita financeiras	22	<u>415</u>	<u>624</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(3.871)</u>	<u>(1.967)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(2.129)</u>	<u>(540)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>723</u>	<u>4.982</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u><u>(1.406)</u></u>	<u><u>4.442</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	30/06/2013	30/06/2012
(Prejuízo) lucro líquido do período	<u>(1.406)</u>	<u>4.442</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.406)</u></u>	<u><u>4.442</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	<u>30.535</u>	<u>(9.349)</u>	<u>21.186</u>
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>4.442</u>	<u>4.442</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>30.535</u>	<u>(4.907)</u>	<u>25.628</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	<u>30.535</u>	<u>(6.306)</u>	<u>24.229</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(1.406)</u>	<u>(1.406)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>30.535</u>	<u>(7.712)</u>	<u>22.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	30/06/2012 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do período		(1.406)	4.442
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(723)	(4.982)
Depreciação		3.589	3.162
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota		14.196	8.565
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total		756	425
Encargos financeiros		4.104	2.416
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		103	353
Perda com contas a receber não realizado		350	-
Provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota		65	320
Outras provisões		-	100
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.303)	(972)
Aquisições de veículos (vide divulgação suplementar a seguir)		(22.016)	(16.931)
Impostos a recuperar		39	(364)
Despesas antecipadas		(1.476)	(858)
Outras contas a receber		393	(294)
Fornecedores (exceto montadora)		(64)	86
Outras contas a pagar		(196)	65
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(3.589)	(4.467)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras de uso restrito		(1.689)	(3.521)
Aquisições de ativo imobilizado		(287)	(137)
Adições ao ativo intangível		(31)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(2.007)	(3.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)		16.007	7.937
Amortização de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)		(8.143)	(2.512)
Juros pagos		(4.040)	(2.840)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		3.824	2.585
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(1.772)	(5.540)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		12.391	15.426
No fim do período		10.619	9.886
		<u>(1.772)</u>	<u>(5.540)</u>
Divulgação suplementar as informações do fluxo de caixa:			
Demonstração do caixa pago pela aquisição de carros:			
Aquisições de carros no período	12	<u>(20.934)</u>	<u>(12.978)</u>
Fornecedores - Montadoras de carros:			
Saldo no final do período	14	1.142	2.929
Saldo no início do período	14	<u>5.454</u>	<u>1.811</u>
		<u>(4.312)</u>	<u>1.118</u>
Leasing (Pré e pós)			
Saldo no final do período	15	16.767	18.096
Saldo no início do período	15	<u>13.320</u>	<u>23.250</u>
		<u>3.447</u>	<u>(5.154)</u>
Empréstimos (Giro - pré)			
Saldo no final do período	15	6.687	2.693
Saldo no início do período	15	<u>5.436</u>	<u>358</u>
		<u>1.251</u>	<u>2.335</u>
Consórcios a pagar			
Saldo no final do período	16	717	5.084
Saldo no início do período	16	<u>2.185</u>	<u>7.336</u>
		<u>(1.468)</u>	<u>(2.252)</u>
Caixa pago pela aquisição de carros		<u>(22.016)</u>	<u>(16.931)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1.229, Jardim Elisa, Embú das Artes no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, pela Diretoria Executiva, ocorreu em 17 de setembro de 2013.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Novos CPCs e Interpretações do ICPC

Além dos pronunciamentos divulgados nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em vigor desde 1º de janeiro de 2013, até a data de 30 de junho de 2013 não foram emitidos novos pronunciamentos técnicos pelo CPC. Logo, não tivemos efeitos para o período findo em 30 de junho de 2013.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa; e
- Nota 9 - Provisão para redução ao valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Impostos diferidos
- Nota 12 - Depreciação, vida útil e valor residual da frota; e
- Nota 17 - Provisão para contingências.

f. Reapresentação do balanço patrimonial e da demonstração do fluxo de caixa correspondentes

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do fluxo de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, originalmente apresentados nas informações daqueles períodos, estão sendo alterados, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em função de correções na classificação, conforme segue:

Ativo	31 de dezembro de 2012		
	Saldo publicado	Redistribuição	Saldo reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	15.426	(3.085) (i)	12.391
Aplicações financeiras de uso restrito	-	3.085 (i)	3.085
Outros ativos circulantes	7.086	-	7.086
Total do ativo circulante	22.462	-	22.462
Total do ativo não circulante	68.926	-	68.926
Total do ativo	91.388	-	91.388

- (i) Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia, portanto, em linha com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, reclassificamos essas aplicações para a rubrica Aplicações financeiras de uso restrito.

	30 de junho de 2012			
	Saldo publicado	Reclassificação	Nota	Saldo reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	4.442	-		4.442
Ajustes por:				
Depreciação	2.872	290	(iv)	3.162
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	678	7.887	(iv)	8.565
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	-	425	(iv)	425
Outros ajustes	(1.793)	-		(1.793)
Variações nos ativos e passivos:				
Redução em veículos em desativação para renovação de frota	8.603	(8.603)	(iv)	-
Aquisições de veículos (vide divulgação suplementar a seguir)	-	(16.931)	(ii) / (iii)	(16.931)
Fornecedores (exceto montadora)	1.204	(1.118)	(ii) / (iii)	86
Outras variações nos ativos e passivos	(2.423)	-		(2.423)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	13.583	(18.050)		(4.467)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras de uso restrito	-	(3.521)	(i)	(3.521)
Aquisições de ativo imobilizado	(13.117)	12.980	(ii) / (iii)	(137)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(13.117)	9.459		(3.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)	10.707	(2.770)	(ii) / (iii)	7.937
Amortização de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)	(10.352)	7.840	(ii) / (iii)	(2.512)
Juros pagos	(2.840)	-		(2.840)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(2.485)	5.070		2.585
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.019)	(3.521)		(5.540)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	15.426	-		15.426
No fim do período	13.407	(3.521)	(i)	9.886
	(2.019)	(3.521)		(5.540)
Divulgação suplementar as informações do fluxo de caixa:				Saldo reapresentado
Demonstração do caixa pago pela aquisição de carros:				
Aquisições de carros no período				(iii) <u>(12.978)</u>
Fornecedores - Montadoras de carros:				(iii) 2.929
Saldo no final do período				(iii) <u>1.811</u>
Saldo no início do período				(iii) <u>1.118</u>
Leasing (Pré e pós)				(iii) 18.036
Saldo no final do período				(iii) <u>23.250</u>
Saldo no início do período				(iii) <u>(5.154)</u>
Empréstimos (Giro - pré)				(iii) 2.633
Saldo no final do período				(iii) <u>358</u>
Saldo no início do período				(iii) <u>2.335</u>
Consórcios a pagar				(iii) 5.084
Saldo no final do período				(iii) <u>7.336</u>
Saldo no início do período				(iii) <u>(2.252)</u>
Caixa pago pela aquisição de carros				(iii) <u>(16.931)</u>

- (i) Reclassificação efetuada de Caixa e equivalente de caixa para Atividades de Investimentos, consistentemente com a reclassificação realizada no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, anteriormente descrita;

- (ii) Segregação entre Atividades operacionais e Atividades de investimentos no que se diz respeito aos veículos adquiridos para utilização na atividade fim da Companhia, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (iii) Apresentação da divulgação suplementar às informações da demonstração do fluxo de caixa, em relação a aquisição de veículos e outros ativos imobilizados com assunção direta do passivo ou por meio de arrendamento mercantil financeiro;
- (iv) Outras reclassificações para melhor apresentação do fluxo de caixa.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 30 de junho de 2013 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	30/06/2013	31/12/2012
Veículos ¹	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de Informática	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Rede de Telefonia	5 anos	5 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

c. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

e. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

¹ A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 32), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Receita líquida operacional

i. Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

h. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor

igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício e do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que

levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das informações contábeis intermediárias, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado

5 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso instrumentos financeiros:

- Risco de mercado

- Risco operacional
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. *Risco de mercado*

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

Em 30 de junho de 2013, 54% do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do Risco de Crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de Caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012
Total do passivo circulante e não circulante	73.745	67.159
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(15.343)</u>	<u>(15.426)</u>
	<u>58.402</u>	<u>51.733</u>

	30/06/2013	31/12/2012
Total do patrimônio líquido	<u>22.823</u>	<u>24.229</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	256%	214%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do período/exercício:

	30/06/2013	31/12/2012
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	(71.522)	(60.364)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>15.343</u>	<u>15.426</u>
Exposição líquida	<u>(56.179)</u>	<u>(44.938)</u>

e. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
Caixa e bancos	228	101
Aplicações financeiras	<u>10.391</u>	<u>12.290</u>
	<u>10.619</u>	<u>12.391</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em certificado de depósito bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do certificado de depósito interbancários (CDI-C) e são concentradas em bancos de 1º linha, classificadas pelas principais agências de *rating*.

7 Aplicações financeiras de uso restrito

	30/06/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
Certificado de depósito bancários (CDB's)	<u>4.724</u>	<u>3.035</u>
	<u>4.724</u>	<u>3.035</u>

Referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações são garantidoras dos empréstimos apresentados na nota explicativa 15.

8 Contas a receber de clientes

	30/06/2013	31/12/2012
Circulante		
Locação de veículos	4.797	3.365
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(177)</u>	<u>(150)</u>
	<u>4.620</u>	<u>3.215</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	30/06/2013	31/12/2012
À Vencer	3.472	2.480
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	811	516
De 61 a 90 dias	60	24
De 91 a 180 dias	100	50
Acima de 180 dias	<u>353</u>	<u>295</u>
	<u>4.797</u>	<u>3.365</u>

Durante o exercício de 2013 foi revertida uma provisão no valor de R\$ 10 e constituída uma perda estimada de R\$ 37, para parcela dos títulos vencidos há mais de 180 dias e, portanto, a movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2012	(150)
Reversão da perda estimada	10
Constituição da perda estimada	<u>(37)</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>(177)</u>

	30/06/2013	31/12/2012
Não circulante		
Locação de veículos	2.256	2.887
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.091)</u>	<u>(1.167)</u>
	<u>1.165</u>	<u>1.720</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	30/06/2013	31/12/2012
À Vencer	4	24
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	7	128
De 61 a 90 dias	4	122
De 91 a 180 dias	58	279
Acima de 180 dias	<u>2.183</u>	<u>2.334</u>
	<u>2.256</u>	<u>2.887</u>

O contas a receber “Não circulante” é composto por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira em questão.

Durante o exercício de 2013, uma das empresas constantes no saldo do contas a receber entrou em recuperação judicial, e desta forma, todo o saldo a receber de R\$ 686 foi baixado para resultado, assim como a sua provisão de R\$ 336 foi revertida.

Adicionalmente, foi constituída provisão adicional de R\$ 260, para os títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa das contas a receber classificadas no ativo não circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2012	(1.167)
Reversão da perda estimada	336
Constituição da perda estimada	<u>(260)</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>(1.091)</u>

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

9 Veículos em desativação para renovação da frota

	30/06/2013	31/12/2012
Veículos	1.699	2.076
Provisão para perda do valor recuperável	<u>(123)</u>	<u>(101)</u>
	<u>1.576</u>	<u>1.975</u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

Em junho de 2012, após a medida provisória que reduziu o IPI na venda de veículos novos, o mercado de seminovos também sofreu uma redução no preço de venda de seus veículos. Conforme as vendas realizadas no primeiro semestre de 2013, foi possível verificar que esta perda ficou em aproximadamente 7,3% do valor residual dos veículos. Desta forma, constituímos em junho de 2013, para os nossos veículos destinados à venda uma provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 123.

10 Despesas antecipadas

	30/06/2013	31/12/2012
IPVA / DPVAT / Licenciamento	853	-
1º emplacamento	692	312
Fretes de ativação de contrato	180	-
Outros	<u>67</u>	<u>4</u>
	<u>1.792</u>	<u>316</u>

As despesas antecipadas com IPVA, DPVAT e Licenciamento são despesas incorridas no início do exercício e que são apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses, ou imediatamente quando ocorrer a baixa do veículo.

As despesas antecipadas de 1º emplacamento e fretes de ativação de contrato são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, observando-se o prazo dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

11 Impostos diferidos

Durante o exercício de 2013, a Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconheceu em suas informações contábeis intermediárias o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de impostos de renda e contribuição social no montante de R\$ 9.615.

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferidos da Companhia:

	30/06/2013			31/12/2012		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base negativa de IRPJ e CSLL	9.615	-	9.615	6.877	-	6.877
Ajuste de arrendamento mercantil	-	(3.057)	(3.057)	-	(2.009)	(2.009)
Ajuste de depreciação	-	(4.830)	(4.830)	-	(3.857)	(3.857)
Outras adições temporárias	580	-	580	575	-	575
Totais	<u>10.195</u>	<u>(7.887)</u>	<u>2.308</u>	<u>7.452</u>	<u>(5.866)</u>	<u>1.586</u>

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 é de R\$ 723 (R\$4.982 em 30 de junho de 2012).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	30/06/2013	30/06/2012
Ativo não circulante		
Outras diferenças temporárias	17	188
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	<u>8.052</u>	<u>25.089</u>
	<u>8.069</u>	<u>25.227</u>

	30/06/2013	30/06/2012
Passivo não circulante		
Ajuste de depreciação	(2.861)	(2.479)
Ajuste de arrendamento mercantil	<u>(3.083)</u>	<u>(8.145)</u>
	<u>(5.944)</u>	<u>(10.624)</u>
Total	<u>2.125</u>	<u>14.653</u>
Alíquota imposto de renda (25%)	531	3.663
Alíquota contribuição social (9%)	<u>192</u>	<u>1.319</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	<u>723</u>	<u>4.982</u>

12 Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2102		30/06/2013			
	Saldos	Adições	Baixas	Transfer. contra veículos	Tranfer. para renovação²	Total
Veículos operacionais	55.345	23	(779)	32.687	(18.325)	68.951
Equipamentos de informática e telefonia	146	-	-	-	-	146
Máquinas e equipamentos	217	287	-	-	-	504
Móveis e utensílios	73	-	-	-	-	73
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	-	27
Benfeitorias	136	-	-	-	-	136
Imobilizações em curso	<u>17.399</u>	<u>20.934</u>	<u>-</u>	<u>(32.687)</u>	<u>-</u>	<u>5.646</u>
	<u>73.343</u>	<u>21.244</u>	<u>(779)</u>	<u>=</u>	<u>(18.325)</u>	<u>75.483</u>

² Transferência de desativação para renovação de frota

Movimentação da depreciação acumulada

	V.U. ³	31/12/2012		30/06/2013		
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. Renovação ⁴	Total
Veículos operacionais	2-3	(7.298)	(3.359)	69	4.208	(6.380)
Equipamentos de informática e telefonia ⁵	5-10	(11)	-	-	-	(11)
Máquinas e equipamentos	10	(1)	-	-	-	(1)
Móveis e utensílios	10	(11)	-	-	-	(11)
Móveis em arrendamento	10	-	-	-	-	-
Benfeitorias	10	(4)	-	-	-	(4)
		<u>(7.325)</u>	<u>(3.359)</u>	<u>69</u>	<u>4.208</u>	<u>(6.407)</u>
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos		(403)	(43)	-	-	(446)
Imobilizado líquido		<u>65.615</u>				<u>68.630</u>

Para os veículos em término de contrato ou com expectativa de término durante o exercício de 2013(344 veículos com valor atualizado de R\$6.765), a Companhia realizou análise de redução ao valor recuperável, em função da redução do IPI. Esta análise respeitou a expectativa da data de retorno do veículo a Companhia para disponibilizá-lo para venda e a expectativa de data de venda do veículo, e resultou em uma provisão no montante de R\$446, ou 6,6% do valor atualizado da frota analisada.

13 Intangível

	V.U.	31/12/2012		30/06/2013	
		Saldos	Adições	Baixas	Total
Software		-	31	-	31
		<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>31</u>
Amortização	5	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Intangível líquido		<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>31</u>

³ V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 3, item b., subitem (iii).

⁴ Transferência de desativação para renovação de frota

⁵ Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de telefonia e 10 para equipamentos de informática.

14 Fornecedores

	30/06/2013	31/12/2012
Montadoras	1.142	5.454
Fornecedores diversos	581	645
	1.723	6.099

15 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia no período 2013/2012 está resumido nos quadros abaixo:

30 de Junho de 2013								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto.	Circulante	Não circulante	Total	%
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	258	289	547	1
Giro (Pré)	R\$	0,85 a.m	1,24 a.m	2016	16.908	14.352	31.260	43
Giro (Pós)	R\$	0,3105 a.m + CDI	0,44 a.m + CDI	2016	11.526	11.640	23.166	32
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	3.859	3.451	7.310	11
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,2756 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	<u>4.105</u>	<u>5.352</u>	<u>9.457</u>	<u>13</u>
					<u>36.656</u>	<u>35.084</u>	<u>71.740</u>	<u>100</u>
Despesa antecipada s/ empréstimos					<u>(478)</u>	<u>(457)</u>	<u>(935)</u>	
Total					<u>36.178</u>	<u>34.627</u>	<u>70.805</u>	
31 de dezembro de 2012								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	%
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,33 a.m	1,35 a.m	2016	241	446	687	1
Giro (Pré)	R\$	0,96 a.m	1,31 a.m	2015	12.764	18.951	31.715	54
Giro (Pós)	R\$	CDI + 0,30 a.m.	CDI + 0,34 a.m.	2015	4.724	8.645	13.369	23
Leasing (Pré)	R\$	0,99 a.m	1,33 a.m	2016	4.562	6.723	11.285	19
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,30 a.m	CDI + 0,32 a.m	2016	<u>816</u>	<u>1.219</u>	<u>2.035</u>	<u>3</u>
					<u>23.107</u>	<u>35.984</u>	<u>59.091</u>	<u>100</u>
Despesa antecipada s/ empréstimo					<u>(579)</u>	<u>(333)</u>	<u>(912)</u>	
Total					<u>22.528</u>	<u>35.651</u>	<u>58.179</u>	

Em 30 de junho de 2013, com exceção das linhas de giro, todas as demais linhas estão 100% garantidas por veículos. Não há exposição cambial de nenhuma espécie.

Do saldo de R\$31.260, em 30 de junho de 2013, de empréstimos de giro - pré (R\$31.715 em dezembro de 2012), R\$6.687 em 30 de junho de 2013 (R\$5.436 em dezembro de 2012) referem-se a empréstimos, com o banco Volkswagen, obtidos para a compra de veículos.

Combinados, empréstimos, financiamentos e consórcios (vide nota 15) compõe a dívida bruta de R\$71.522 em junho de 2013 (R\$60.364 em dezembro de 2012).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade leasing e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma operação vigente em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresenta cláusula de restrições “covenants”.

Análise de sensibilidade

Do passivo total, 45% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 30 de junho de 2013, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 8%.

Como a posição aplicadora, também indexada ao CDI, é superior à dívida bruta, cenários de *stress* de taxas de juros para este período apontam para resultados líquidos positivos como no quadro abaixo, na página seguinte.

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	8%	10%	12%
Variação em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(32.623)	(33.275)	(33.927)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	15.115	15.417	15.719
Efeito líquido patrimonial	(17.508)	(17.858)	(18.208)
Efeito líquido no resultado	-	(350)	(700)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja a nota explicativa 24.

16 Consórcios a pagar

	30/06/2013	31/12/2012
Circulante	590	1.953
Não circulante	127	232
	717	2.185

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Em 30 de junho de 2013, a Maestro possuía em seu balanço 137 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 24.

O saldo devedor em 30 de junho de 2013 de todas as cotas era de R\$ 717 com prazo de vencimento médio de 20 meses.

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/2013	31/12/2012
Contingências cíveis	<u>23</u>	<u>23</u>

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 30 de junho é de R\$ 917 e estes processos estão relacionados a causas cíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 41 em 30 de junho de 2013 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2012).

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/12	Constituição	Reversões	Saldos em 30/06/13
Cíveis	23	-	-	23
Depósitos judiciais	<u>(5)</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
	<u>18</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>
			Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012			23	23
Provisões constituídas durante o período			-	-
Provisões utilizadas / revertidas no período			<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2013			<u>23</u>	<u>23</u>

18 Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Quotistas	Ações Integralizadas	Capital Subscrito
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	780.687	28.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	27.220	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	<u>340.246</u>	<u>405</u>
	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>

19 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do período:

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Locação de veículos	14.041	12.427
Venda de veículos	<u>14.342</u>	<u>8.392</u>
Total da receita líquida	<u>28.384</u>	<u>20.819</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Receita bruta	29.803	21.025
Menos:		
Impostos sobre vendas	<u>(1.419)</u>	<u>(206)</u>
Total da receita líquida	<u>28.384</u>	<u>20.819</u>

20 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Custos de manutenção	(3.344)	(3.433)
Custos com depreciação	<u>(3.359)</u>	(2.662)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos (imobilizado e em desativação para renovação de frota)	(65)	-
Custos dos veículos vendidos	<u>(15.022)</u>	<u>(8.983)</u>
	<u>(21.790)</u>	<u>(15.078)</u>

21 Despesas administrativas e gerais

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Despesas gerais	(2.746)	(2.363)
Despesas com pessoal	(2.221)	(1.962)
Despesas tributárias	<u>-</u>	<u>(11)</u>
	<u>(4.967)</u>	<u>(4.336)</u>

22 Resultado financeiro

Receitas financeiras	30/06/2013	30/06/2012
Receitas de aplicações financeiras	415	438
Juros ativos	<u>-</u>	<u>186</u>
Total	<u>415</u>	<u>624</u>
Despesas financeiras	30/06/2013	30/06/2012
Juros passivos	(3.921)	(2.416)
Despesas bancárias e IOF	(365)	(36)
Descontos concedidos	-	(35)
Taxa de administração de consórcio	-	(103)
IOF	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(4.286)</u>	<u>(2.591)</u>

23 Partes relacionadas

No período findo em 30 de junho de 2013, a remuneração total dos administradores foi de R\$439 (R\$393 em 30 de junho de 2012), a título de remuneração fixa. Não houve pagamento de bônus ou qualquer outro tipo de remuneração variável no período e não houve qualquer outra transação na Companhia envolvendo partes relacionadas.

24 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	15.343	15.426
Contas a receber de clientes	5.785	4.935
Outras contas a receber	<u>230</u>	<u>659</u>
	<u>21.358</u>	<u>21.020</u>

Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivo financeiro não derivativo	30/06/2013	31/12/2012
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	71.522	60.364
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.059</u>	<u>6.390</u>
	<u>73.581</u>	<u>66.754</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2013:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	71.522	40.273	31.574	10.117	81.964
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.059</u>	<u>2.059</u>	-	-	<u>2.059</u>
	<u>73.581</u>	<u>42.332</u>	<u>31.574</u>	<u>10.117</u>	<u>84.965</u>

Classificação e valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	<u>30/06/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	5.785	5.785	4.935	4.935
Outras contas a receber	230	230	659	659
Fornecedores	1.723	1.723	6.099	6.099
Outras contas a pagar	336	336	291	291
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa	10.619	10.619	12.391	12.391
Aplicações financeiras de uso restrito	4.724	4.724	3.035	3.035
Custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	71.522	71.522	60.364	60.364

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outros contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Vide maiores detalhes sobre gerenciamento de risco financeiro na nota explicativa nº 5.

Riscos de taxa de juros

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros.

As posições de derivativos em aberto são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento	A receber Taxa Pré	A pagar CDI +	Valor de referência Notional	Valor de mercado
SWAP	Empréstimo	14/09/2015	9,082% a.a.	4,245%a.a.	4.185	4.240

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

25 Cobertura de seguros

A Companhia, baseada em dados históricos, assume para toda a sua frota o auto seguro, ou seja, em caso de sinistro com qualquer veículo da Companhia, será cobrado do cliente o valor estipulado em contrato.

Adicionalmente, uma vez que os contratos de terceirização prevêem cobertura de danos materiais e pessoais à terceiros para cada veículo locado, a Companhia assume o auto seguro, nos valores de R\$ 50 para danos materiais e R\$ 100 para danos pessoais para cobertura de eventuais indenizações à terceiros advindas destes contratos de terceirização.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Henrique Barbosa
Contador CRC RJ-098261/O-8